

O impacto das condições socioeconômicas e culturais sobre a questão do abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes na comunidade indígena urbana da Aldeia Aldeinha de Anastácio-MS.

Autor(a) 1: Débora Carmo dos Santos, Co-autor(a) 1: Janete Rosa da Fonseca

deboracarmo7.antonio@gmail.com, janete.fonseca@ufms.br

Resumo. Este estudo tem o objetivo de analisar o contexto do abuso e exploração sexual na comunidade urbana indígena Terena da Aldeia Aldeinha de Anastácio/MS. Diante de alguns estudos realizados a respeito do tema abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e das legislações que tratam das garantias dos direitos dessa população, vimos a urgência de trazer ao âmbito acadêmico questões sobre essa realidade, bem como emergir situações para que de alguma forma, essas venham a contribuir para melhorias para esta comunidade e para garantia dos direitos e proteção da infância da comunidade aldeada. O estudo parte de uma abordagem de análise crítica e qualitativa do atendimento das políticas públicas para essa população. Assim, pretende-se levantar a realidade vivida pela comunidade da Aldeia Aldeinha que, por vezes, é marginalizada, discriminada e desrespeitada em relação aos seus direitos, levando-os a um agravo que tem como consequência a exclusão social.

Palavras-Chave. Violência sexual, desigualdade social, assistência social, questão social.

Abstract. This study aims to analyze the context of sexual abuse and exploitation in the Terena indigenous urban community of Aldeia Aldeinha de Anastácio/MS. Faced with some studies carried out on the subject of abuse and sexual exploitation of children and adolescents and the legislation that deals with the guarantees of the rights of this population, we saw the urgency of bringing questions about this reality to the academic field, as well as situations emerging so that in some way In this way, these will contribute to improvements for this community and to guarantee the rights and protection of children in the village community. The study departs from a critical and qualitative analysis of public policy assistance for this population. Thus, it is intended to raise the reality experienced by the community of Aldeia Aldeinha which, sometimes, is marginalized, discriminated against and disrespected in relation to their rights, leading them to a problem that results in social exclusion.

Keywords. *Sexual violence, social inequality, social assistance, social issue.*

INTRODUÇÃO

Diante das muitas dificuldades enfrentadas pela população da comunidade urbana Aldeia Aldeinha de Anastácio/MS, cujos direitos, acessos e possibilidades vêm ao longo da história sendo negado ou impossibilitado, considerando a geração de trabalho, emprego e renda um dos maiores percalços, dessa forma, faz-se necessário analisar a oferta de subsídios e serviços públicos prestados a essas pessoas, que proporcione garantias de direitos, que possibilite a transformação do contexto social, como também as relações sociais, econômicas e culturais.

Esta pesquisa visa analisar o impacto do abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes da comunidade urbana Aldeia Aldeinha, uma população indígena Terena, localizada no centro da cidade de Anastácio/MS. Tendo como foco a materialização dos direitos civis na efetivação das políticas públicas, bem como o resgate da cidadania e qualidade de vida dessa população.

A autodenominação - Terena - aplica-se hoje a todos que se reconhecem e são reconhecidos como tal. Este reconhecimento é feito bilateralmente, isto é, para ser reconhecido como Terena é preciso que o pai ou a mãe de uma pessoa o seja. Além da filiação, os Terena possuem um outro critério para marcar o reconhecimento da identidade Terena: o compartilhar da solidariedade étnica - isto quer dizer que, mesmo que uma pessoa filha de Terena resida há anos em um ambiente extra-aldeia (nas fazendas da região ou nas cidades) ele deve ser solidário com seu povo se quiser ser reconhecido como Terena; daí se deduz que o haver nascido em uma aldeia Terena não é condição necessária para o reconhecimento da identidade étnica Terena. (AZANHA, 2005, p. 73)

A escolha do tema não surgiu espontaneamente e nem tampouco foi por acaso, foi motivada quando esta pesquisadora nascida e criada nessa comunidade passou a perceber o processo histórico da questão social violência sexual infanto-juvenil. Ao vivenciar o crescimento da exploração sexual e que a sociedade, as autoridades e o sistema ignoram a forma como a violência sexual é referenciada e tratada na comunidade, surgiu a necessidade de pesquisa científica, uma vez que o ciclo da violência nesse contexto, não são rompidos ao longo dos anos.

Cabe a aqui também a justificativa pessoal e profissional para a escolha do tema apresentado para esta proposta, ao levantar essa realidade surgiu a necessidade de trabalhar os casos que foram registrados nos sistemas de garantias de direitos (CREAS, Poder Judiciário, Conselho Tutelar, Polícia Civil) no período em que atuamos como assistente social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social – CREAS e que foram registrados para apuração.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social –PNAS o CREAS é o serviço de proteção social especial que tem por objetivo tirar indivíduos e/ou grupos da situação de risco pessoal, sem que haja contudo, o rompimento dos vínculos familiares e comunitários

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Da mesma forma, comportam encaminhamentos monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção almejada. (BRASIL, 2009, p. 36)

As equipes que compõem o CREAS são multidisciplinares, compostas por psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e advogados. Os atendimentos são de segunda a sexta-feira em horário comercial. Alguns serviços especializados de proteção social especializado do SUAS devem ser oferecidos necessariamente no espaço físico do CREAS.

A pesquisa irá propor uma análise sobre a realidade das crianças e adolescentes e os fatores motivacionais que permitem no decorrer de seus processos históricos, tornar esses infantes vítimas enraizadas de um ciclo vicioso de prostituição, abuso e exploração sexual. Além de investigar a falha no sistema da legislação brasileira que permite que a infância nessa comunidade seja marginalizada e ao mesmo tempo ignorada por nossas autoridades.

A violência, o abuso e a exploração sexual contra criança e ao adolescente se apresenta, na sociedade contemporânea, como uma das piores formas de desrespeito de seres humanos em condições peculiares de crescimento e desenvolvimento. O grau de complexidade da violência em suas formas de manifestação atinge os mais altos índices dentro do contexto histórico social e cultural. Em se tratando da população vulnerabilizada,

as análises devem ser consideradas em suas profundas raízes culturais e contextualizadas, de acordo, com o convívio social.

Este fenômeno, abuso e exploração sexual, pode gerar seqüelas físicas, emocionais, morais e sociais, comprometedoras para o desenvolvimento da infância e da juventude, muitas vezes permanentes e irreversíveis. Desse modo, os problemas relacionados ao abuso da violência infanto-juvenil podem acometer indivíduos de todas as idades, porém a família, a sociedade e autoridades terão que estar diretamente envolvidas nessa problemática, tanto para combater quanto para punir os agressores e para tratar os vitimizados.

A esse respeito Iamamoto (2008) explana que os profissionais inseridos no contexto das políticas sociais e do sistema de garantia de direitos, dentre os quais se insere o Assistente Social, são profissionais capacitados para o fortalecimento, resgate e motivações biopsicossociais.

Os assistentes sociais dispõem de um manancial de denúncias sobre violação dos direitos humanos e sociais e, desde que não firam as prescrições éticas do sigilo profissional, podem ser difundidas e repassadas aos órgãos de representação em meios de comunicação, atribuindo-lhes visibilidade pública na defesa dos direitos [...] (IAMAMOTO, 2008, p: 427)

O assistente social atua, através de pesquisas e análises de realidade social, na formulação, execução, gerenciamento e avaliação de serviços que buscam a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social.

A violência e o abuso contra crianças e adolescentes ainda são vistos como tabu pela sociedade em geral e como tema distante do cotidiano. Um dos passos decisivos é a denúncia, crimes principalmente os sexuais precisam ser coibidos, contudo, o fortalecimento do vínculo familiar dar-se-á na medida em que o diálogo prevalecer no âmbito familiar, e assim, a o diálogo pode ser mecanismo de defesa para as vítimas.

Comumente nos deparamos com crianças e adolescentes sendo vítimas de abusos, explorações, violências domésticas, físicas e psicológicas, e, no entanto, o enfrentamento em rede não está articulado, permanecendo a vítima em situação de desamparo.

Justificativa

Anastácio/MS está localizado a 132 km da capital sul-mato-grossense, Campo Grande. O município faz divisa com Aquidauana, cidades coirmãs divididas e unidas pelo Rio Aquidauana. Com uma população, de acordo com IBGE (2021) estimada em 25.336 habitantes, sua geração de renda está voltada para agropecuária.

De acordo com a história do município, Anastácio está localizada à margem esquerda do Rio Aquidauana, ganha naquela época notoriedade em virtude do porto, dessa forma, o vilarejo começa a se movimentar para conquista de sua emancipação, ocorrida de fato em 08/05/1965, um movimento sem finalidade política partidária, mas que almejava independência de seu povoado. (BRASIL, 2021)

Subdividindo espaços conjuntos, conforme Basques (2018) por volta de 1937 há registros em cartório da aquisição de 41 hectares para que os primeiros habitantes indígenas, que no processo de migração das aldeias da região, resolveram estabelecer moradias a margem esquerda do rio Aquidauana, e assim registram-se oficialmente os primeiros moradores indígenas Terena em Anastácio-MS.

A esse respeito o autor discorre:

Após a conformação da área em que se assentaram os Terena, algumas transações de compra e venda passaram a ocorrer também entre os indígenas proprietários e aqueles que chegavam a margem esquerda de Aquidauana. O comércio de terras intensificou-se na década de 1970, quando foram iniciados a construção da “Ponte Nova”, que permitiu o trânsito de pedestres e veículos de uma margem à outra do rio Aquidauana, e o processo de regularização fundiária por parte do município de Anastácio [...]. (BASQUES, 2018, p:14).

Souza (2009) também enfatiza que o indígena, o primeiros que chegaram na Aldeia Aldeinha, eram flutuantes nesse processo migratório e levavam consigo seus modos de ser e de adaptação, às famílias foram formando “trancos”, essas raízes hereditárias foram bases para o processo de ocupação territorial na margem esquerda, onde está localizada então a Aldeia Aldeinha.

Dessa forma podemos inferir que o conceito de território flutuante esteve presente nos processos de desterritorialização e reterritorialização Terena, permitindo a reprodução de seu modo de ser em diversas situações e até condições mais adversas como: no momento do êxito/transposição do Rio Paraguai e entrada no território brasileiro, no convívio com a dominação dos Kadwéu, na ocupação de seu território durante a guerra do Paraguai e durante o processo de confinamento nas reservas definidas pelo governo e formação de outras, como é o caso da Aldeinha (SOUZA, 2009, p: 21).

Dentro desse contexto, a população urbana de Anastácio-MS desde seu movimento emancipatório, divide seu território com a comunidade indígena da Aldeia Aldeinha, um

grupo subdividido por uma aérea hoje de 03 quadras (da composição original de 41 hectares) e é composto atualmente por 390 pessoas de etnia TERENA (BRASIL, 2021).

Essa comunidade sobrevive do trabalho informal e da transferência de renda dos programas sociais. Dentre o trabalho informal, está à saída dos homens para colheitas de maçãs e cana-de-açúcar em outros Estados, esses homens são em grande parte provedores de suas famílias.

Culturalmente, os homens da comunidade da Aldeia Aldeinha são doutrinados a saírem ainda jovens para colheitas da agricultura, contudo, quando estes saem, as mulheres passam a ser o arrimo familiar, ela que passa a prover a subsistência até que seu provedor oficial retorne da lavoura.

Sendo assim, as famílias em sua maioria, ficam desassistidas por longos períodos, e as crianças e adolescentes ficam a mercê das mazelas sociais, conforme enfatiza Alencar (2010, p: 63):

A família põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiências de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas à reprodução biológica e social. Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas delineando o modo como as situações adversas, relacionadas à pobreza, se inscrevem no cotidiano familiar.

Empiricamente, as meninas indígenas tornam-se mais vulneráveis a questão social de violência sexual, uma vez que culturalmente, após o início do ciclo menstrual, elas deixam de pertencer ao grupo de crianças e adolescentes e já estão prontas para vida adulta.

Com a consolidação do Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8069/90, estabelece que crianças e adolescentes sejam aquelas de zero a dezoito anos (artigo 2º ECA), essa Lei “afirmou em seu texto um conjunto de inovações na perspectiva da cidadania da população infanto-juvenil” (Mendes e Matos, 2010, p: 245).

Sobre o contexto da proteção à infância os autores afirmam ainda:

O Estatuto atentou para a igualdade de direitos entre todas as crianças e adolescentes, independentemente de suas diferenças de classe social, gênero, etnia ou quaisquer outras, e tornou-se sujeitos de direitos a serem garantidos com absoluta prioridade, através de políticas sociais (Mendes e Matos, 2010, p: 245).

No entanto, por vivenciar a realidade da infância das crianças e adolescentes que sobrevivem na comunidade urbana da Aldeia Aldeinha, é perceptível a violência social a

que um elevado número está exposta. A violência, o abuso e a exploração sexual é uma rotina e a pesquisa visa analisar quais são as condições sociais de sobrevivência dessas crianças e adolescentes. As jovens dessa comunidade, comumente saem para se prostituir em sua grande maioria, com consentimento familiar.

Para Lima (2005, p: 137)

Conhecer e se reconhecer numa perspectiva de gênero para prevenir o abuso e violência sexual é, antes de tudo, estudar a forma como fomos socializados, como agimos e nos comportamos diante dos papéis de homens e mulheres. As culturas de cada região, de cada sociedade e de cada família criam, muitas vezes, modelos estereotipados que fazem com homens sejam agressivos e competitivos entre si, que desrespeitem das mais diversas formas, mulheres adultas, adolescentes ou meninas, inclusive sexualmente.

A questão social violência sexual está em todas as cidades do Brasil, e quanto maior a vulnerabilidade, mais crianças e adolescentes ficam expostos às agressões. Os arranjos familiares em que a pobreza condiciona as famílias colocam nossa infância em constante situação de perigo, as relações intrafamiliares e interpessoais é determinada pela dinâmica da relação de poder e o seu efeito, principalmente quando envolve a questão de gênero e, dessa forma, pode determinar fatores de violências físicas, psicológicas e sexuais.

Na comunidade indígena Aldeia Aldeinha o número de habitantes do sexo feminino se sobressai ao masculino, e a pesquisa pretende levantar dados sobre essas mulheres e meninas, que conseqüentemente sobrevivem em condições de pobreza e miserabilidade, provocadas pelo falta de acesso a educação, trabalho e renda, fomentando na prática a prostituição, seja adulto, e ou infantil, fato que passa a ser mecanismo de sobrevivência.

SPIVAK (2010) discorre que a questão de gênero está imposta a mulher subalterna, apesar de estar dentro dessa comunidade em maior número, o homem consegue explorá-la e tirar lucro de todas as formas da sua força de trabalho, a sociedade emudece e veda os olhos para o problema social elencado.

Em um campo tão carregado, não é fácil fazer a pergunta sobre a consciência da mulher subalterna. É, portanto, ainda mais necessário lembrar os radicais pragmáticos de que essa questão não é uma digressão idealista. Embora nem todos os projetos feministas ou antissexista possam se reduzidos a esse, ignorá-los é um gesto político. (SPIVAK, 2010, p: 87)

Junta-se o homem (esposo, irmão, pai) e a sociedade civil organizada (instituições públicas e privadas) e passam a ignorar o gênero feminino que está sendo explorado sexualmente, financeiramente e emocionalmente, essa mulher indígena passa a ser apenas mais um número nos órgãos de defesa e proteção dos direitos humanos.

A comunidade indígena urbana da Aldeinha possui uma escola de ensino fundamental e EJA, também uma unidade básica de saúde. Há um critério de contratação de professores e equipe de apoio para trabalhar na escola, sendo estes, indígenas, residentes na comunidade. Contudo, a essa geração de trabalho, emprego e renda mostra-se ineficaz no desenvolvimento local.

A falta de renda gera, quase que automaticamente, a violência estrutural, enquanto a sociedade que cerca a comunidade urbana da Aldeia se desenvolve, se capacita e saem em busca de qualificação e inserção social, esse grupo está exposto as diversas formas de fragilidades tais como: desemprego, drogas, alcoolismos e violências.

Minayo (2002) discorre a esse respeito da seguinte forma:

O sistema econômico que desemprega o pai e a mãe da criança, que não pode atender suas necessidades de alimentação e saúde, envolve o sistema de ensino que não consegue manter a criança na escola ou atende-la em suas necessidades culturais e a fragiliza em sua educação informativa, formativa e inclusive sexual.(2002, p: 167)

Essa fragilidade econômica, provoca, estimula e seduz as crianças e adolescentes às condições de violência, e receber agrados e mimos em troca de favores sexuais que passam a ser uma forma de acessar bens e produtos, sejam materiais ou financeiros. Nas comunidades cuja pobreza predominam nos lares, os abusos são estimulados como moedas de troca.

Partindo do pressuposto que na comunidade existam os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, investigaremos qual o papel de órgão e entidades que recebem as denúncias, quais os casos existem registrados e como estão sendo conduzidos.

Pretende-se ainda analisar as políticas de inclusão e acesso que existem no âmbito do município e que por vezes às famílias aldeadas não acessam. Permitir conhecer e se fazer reconhecer sobre essa questão social e buscar reflexões a cerca da proteção da infância.

Objetivos

Geral: analisar os impactos causados pelo abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes dentro da comunidade indígena urbana Aldeia Aldeinha.

Específico:

- a) Realizar pesquisa qualitativa a cerca dos casos de abuso e exploração sexual dentro da comunidade indígena urbana Aldeia Aldeinha;
- b) Entrevistar e traçar perfil das vítimas de abuso e exploração sexual da Aldeia Aldeinha;
- c) Analisar a oferta de serviços públicos que recebam as denúncias de abuso e exploração sexual;
- d) Traçar o perfil dos abusadores sexuais dentro da comunidade indígena;
- e) Propor trabalhos e acessos que visem coibir a exploração sexual dentro da comunidade indígena da Aldeia Aldeinha;
- f) Garantir direitos através da legislação vigente, visando acessos às políticas públicas e bem estar social.

METODOLOGIA

É sabido que as indagações sobre a cultura de uma comunidade indígena, de etnia com características próprias e definidas, faz com que essa população seja estigmatizadas e que sofram de paradigmas que no decorrer do tempo foram impostas e aceitas como verdadeiras.

Sobreviver a esses padrões impostos por uma sociedade que os cercam, uma vez que a comunidade indígena urbana está no centro da cidade, esse povo é marginalizado desde que o primeiro morador, senhor Vicente Anastácio aqui chegou, pois essa comunidade ali já estava instalada, conforme relatos dos anciões e referencias bibliográficas pesquisadas, dessa forma, em decorrência das condições de vida, do desemprego e despreparo, uma comunidade inteira são vítimas e vitimizam seus dependentes.

Para entender as motivações, as denúncias, como é o modo de sobrevivência das dentro da Aldeia Aldeinha e suas prováveis vítimas, realizar-se-á a pesquisa bibliográfica para que possamos compreender o processo de formação da comunidade da Aldeia Aldeinha e ainda o levantamento referencial sobre o abuso e exploração sexual infanto-juvenil, bem como as legislações vigentes.

Pretende-se realizar a pesquisa qualitativa que nos possibilitará uma abordagem não estatística, pois trataremos de fatores comportamentais.

Segundo MAZZOTTI (1999 p: 147)

[...] as investigações qualitativas, por sua diversidade e flexibilidade, não admitem regras precisas, aplicáveis a uma gama de casos. Além disso, as pesquisas qualitativas diferem bastante quanto ao grau de estruturação previa, isto é, quanto aos aspectos que podem ser definidos já no projeto [...]

Assim, para o projeto a ser executado a pesquisa qualitativa possibilitará uma maior abrangência do que pretende-se investigar. A pesquisa qualitativa não objetiva mensurar dados, mas compreender as informações coletadas de uma forma específica para contextualizar o todo.

A pesquisa qualitativa pode ser definida como uma abordagem que busca entender determinado fenômeno de forma aprofundada, descrevendo-o, analisando-o e interpretando-o. muito mais do que descrições estatísticas que visam à generalização dos resultados, a pesquisa qualitativa trabalha com outro nível de realidade que nem sempre pode ser mensurado ou transformado em dados quantitativos.

O que particulariza os trabalhos qualitativos é que eles possibilitam descrever as qualidades de determinados fenômenos ou objetos de estudos. Por meio da análise do material é possível elaborar e construir dados que subsidiarão a pesquisa.

Segundo MINAYO (2001: p: 23) nas ciências sociais a pesquisa qualitativa se ocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois a preocupação do pesquisador permite identificar o significado que as pessoas dão as coisas e às suas vida como preocupação do investigador. Outro fator é o ambiente natural como fonte direta dos dados.

Assim a autora define a pesquisa qualitativa e sua relevância:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidas à operacionalização de variáveis. (MINAYO: 2001, p: 25).

Para visualizarmos o método qualitativo, utilizar-se-á a técnica da entrevista no caso especificamente da entrevista focalizada, que de acordo com (MARCONI E LAKATOS: 1990) está assim definida: *“Há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser: sonda razões e motivos, da esclarecimento, não obedecendo, a rigor a uma estrutura formal”*.

A entrevista caracteriza-se como um importante instrumento de pesquisa. É através desta técnica que se coleta dados para o reconhecimento de uma dada realidade, e conhecemos os aspectos mais profundos e preciosos sobre o entrevistado.

Serão necessários levantamentos de dados através de órgãos e entidades públicas e não governamentais que trabalham a questão social violência sexual para que possamos identificar os números de vitimizados no contexto nacional e assim visualizarmos um comparativo com a realidade da comunidade da Aldeia Aldeinha.

Cronograma

AÇÕES/ETAPAS	ANO - 2023											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Levantamento e estudo das fontes bibliográficas		X	X	X								
Elaboração do roteiro do questionário								X				
Adequação do projeto de pesquisa								X	X			
Reunião de orientação									X		X	
Participação em eventos com ou sem publicação									X	X	X	X
Levantamento e estudo das fontes bibliográficas								X	X	X	X	
Elaboração do roteiro do questionário											X	X
Submissão do projeto no Comitê de Ética									X	X	X	
Aplicação do questionário											X	X
Análise dos dados												X
Elaboração de relatório parcial												X
Participação em eventos com ou sem publicação						X		X	X		X	
Reunião de orientação								X		X		X
Construção da primeira versão da dissertação											X	
Qualificação											X	X

Publicação de artigo, resumo ou capítulo de livro													X
AÇÕES/ETAPAS	1º SEMESTRE - 2024												
ETAPAS	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Continuidade das análises e da escrita da dissertação		X	X	X									
Publicação de artigo, resumo ou capítulo de livro			X				X						
Elaboração de relatórios parciais e final		X						X					
Reunião de orientação		X	X	X	X								
Redação final da dissertação				X	X								
Depósito da dissertação						X							
Defesa da dissertação							X						
Entrega da versão final							X	X					

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Mônica Maria Torres. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: SALES, Mione Apolinário (org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

AZANHA, Gilberto. As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n 1, p:61-111. 2005. In: <www.biblioteca.trabalhoindigenista.org.br> acesso em 23/12/2021 às 19hs e 12 min.

BASQUES, Messias. Aldeinha: margem esquerda do Rio Aquidauana. Revista Sociol. Antropol. Rio de Janeiro, v-08, 2018.

BRASIL. Lei Federal nº. 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília/DF. 2005.

_____, **Distrito Sanitário Especial Indígena.** In: <http://saudeindigena1.br>> acessado em 17/12/2021 às 09hs e 25 min.

_____, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** In: www.ibge.gov.br acessado em 17/12/2021 às 11hs e 18 min.

_____, **Política Nacional de Assistência Social/PNAS. Norma Operacional Básica/NOB/SUAS.** Brasília/DF. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeira, trabalho e questão social.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008

LIMA, Claudia Araújo de. **O setor saúde abre suas frentes para o enfrentamento a violência e exploração sexual comercial sofrida por crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília, OIT, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 2. ed. São Paulo, Atlas. 1990.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. **Métodos nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa.** 2. ed. São Paulo, Atlas 1999.

MENDES, Alessandra Gomes. MATOS, Maurílio Castro de Matos. **Uma agenda para conselhos tutelares.** . In: SALES, Mione Apolinário (org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O significado para a saúde da violência contra crianças e adolescentes.** São Paulo: Editora USP, 2002.

_____, Maria Cecília de Souza. **Metodologia Científica: uma ênfase na pesquisa qualitativa.** 3. ed. São Paulo. Cortez, 2001.

SOUZA, Sandra Cristina de. **Aldeinha: mas onde é mesmo a Aldeia? Organização social e territorialidade.** Programa de Estudos Pós Graduação em Ciências Sociais. São Paulo, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.